

A CONSTITUIÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL COMO ELEMENTO DINAMIZADOR DAS CIDADES

ALAN DUTRA DE MELO¹; RONALDO BERNARDINO COLVERO²

¹Universidade Federal de Pelotas – alandutrademelo@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas - rbcolvero@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O trabalho em tela trata-se de um estudo teórico vinculado à tese desenvolvida pelo autor no programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural junto à Universidade Federal de Pelotas. Apresenta o resultado de uma pesquisa de base multidisciplinar em que se busca compreender as dinâmicas envolvidas na constituição do patrimônio cultural como categoria social advinda da formação dos estados nacionais, assim como a sua relação com os valores advindos da contemporaneidade que apontam a importância das cidades como espaço que organiza a vida social de grande contingente populacional e ainda reflete sobre usos sociais como os advindos do turismo como forma de apropriação social.

A base utilizada para conceituar o patrimônio cultural está em (CASTRIOTA, 2009), (CHOAY, 2006), (CALABRE, 2009) e (FUNARI, 2006). Para encadear o patrimônio com a memória social tendo em vista a compreensão da dimensão material como suporte de memória foi necessário utilizar (FERREIRA, 2008) e ainda (CHAUI, 2006) e por fim tomando como parâmetros para discussões que corroboram para a problemática do trabalho foram utilizados (COLVERO; SERRES, 2010), (RIBEIRO; MELO, 2011), (VIEIRA, 2013). Por fim foi utilizado ainda como referência sobre o Estado (BORDIEU, 2004), (ANDERSON, 2008).

Assim o trabalho em questão aborda as questões elencadas no contexto de atuação do autor como docente dos cursos de Tecnólogo em Turismo e Bacharelado em Produção e Política Cultural junto à Universidade Federal do Pampa no câmpus localizado na cidade de Jaguarão.

E neste sentido os objetivos do estudo apontam para a problematização da categoria denominada como patrimônio cultural em diálogo com as cidades na contemporaneidade.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi a bibliográfica de acordo com a descrição de (SEVERINO, 2007, p.122), logo foi à partir do aporte teórico dos autores citados foi possível compreender as intrincadas relações que envolvem as dinâmicas patrimoniais no contexto do espaço urbano.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa aportaram primeiro a desnaturalização das categorias em questão através da compreensão do Estado como um ente organizador da vida social e universalizador de comportamentos e este processo implica necessariamente em um processo de apropriação dos bens e comportamentos sociais de forma que este processo de escolha gera necessariamente um padrão de desapropriação. De acordo com o trabalho realizado não existe universalização sem desapropriação e assim também ocorre

no campo do patrimônio cultural onde os elementos protegidos implicam na ausência de outros bens. Ainda como conclusão deste estudo o trabalho apontou a importância da memória social como um elemento que permite a produção de sentido atribuída ao patrimônio edificado. Logo no conflituoso processo de formação dos estados nacionais e em especial do brasileiro como bem menciona (RIBEIRO, 2006) não é tarefa fácil encadear os conceitos que envolvem o patrimônio cultural bem como a sua respectiva memória social. Neste sentido ganha emergência na contemporaneidade os estudos que envolvem a constituição do espaço urbano como lugar que concentra grande contingente populacional em um processo que ao longo do século XX transformou o Brasil em um país com grande parte da população vivendo na zona rural e após avançam por motivos dos mais variados para as cidades. Assim o espaço ou ambiente urbano está cristalizado como uma forma de ocupação do espaço para satisfação das necessidades dos seus habitantes. Mesmo que se possa também argumentar no sentido que o país não é tão urbano, pois várias cidades estão muitas vezes isoladas e adquirem aspectos mais rurais como ocorre com o Município de Arroio do Padre no Estado do RS ou mesmo nas cidades amazônicas em que as vias são rios e a ocupação territorial é muito diversa. De toda a forma o modelo hegemônico traduzido através do regramento nacional denominado como Estatuto da Cidade aponta para um padrão de modelo urbano que é replicado em grande parte dos municípios no território nacional. E à partir deste encadeamento entre patrimônio cultural e espaço urbano este trabalho concluiu sobre a importância de melhor compreender os patrimônios como bens de valor social protegidos pelo Estado e que guardam grande contradição social em virtude do próprio processo de formação nacional mas que ganham contornos contemporâneos vinculados aos processos de formação social e intelectual imbuída dos aspectos de natureza cognitiva, afetiva e sensorial. Logo na contemporaneidade o patrimônio cultural também é utilizado como um recurso social que pode ser fonte dinamizadora das cidades onde estiverem inseridos.

4. CONCLUSÕES

As conclusões deste estudo demonstraram que o patrimônio cultural no contexto do espaço urbano é um elemento que grande interesse para a sociedade contemporânea e que passou a ser utilizado de forma vigorosa como um recurso social com reflexos de natureza econômica e simbólica especialmente no plano estatal pois via de regra estes processos de constituição do patrimônio cultural partem do interesse externado através do Estado e após servem para legitimar as políticas universalizadas pelo próprio ente estatal.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas : reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BORDIEU, Pierre. **A delegação e fetichismo político**. São Paulo: Brasiliense, 2004.p.188 a 206
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009.
- COLVERO, Ronaldo Bernardino, SERRES, Helenize Soares. **O saladeiro São Felipe de Itaqui**. Porto Alegre: Faith, 2009.

- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade – Unesp, 2006.
- CHAUI, Marilena. **Cidadania cultural: o direito a cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1.ed, 2006.
- CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.
- FERREIRA, Maria Letícia Mazzuchi. **Objetos, lugares de memória**. In. Fotografia e Memória Org. Francisca Michelon e francine Silveira Tavares. Pelotas: Ed. UFPel, 2008. P. 17 a p.41
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Minc-IPHAN, 2009.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- RIBEIRO, Maria de Fátima, MELO, Alan Dutra de. **Centro de Interpretação do Pampa em Jaguarão: Rio Grande do Sul – Brasil**. Espaços culturais e turísticos em países lusófonos: Cultura e Turismo. Luiz Manuel Gazzaneo, Org. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. p. 286 a p.303
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- VIEIRA, Sidney Gonçalves. **As cidades do Prata: apontamentos para uma análise de formação Territorial e Urbana no extremo sul do Brasil**. In *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], 2 | 2013, posto online no dia 21 Junho 2013, consultado o 20 Outubro 2013. Disponível em : <http://terrabilis.revues.org/795> ; DOI : 10.4000/terrabilis.795